

UM ANO DE PLANO REAL UM ANO DE PLANO REAL UM ANO DE PLANO

No final do primeiro ano do Real, todos se perguntam como anda nossa economia. As donas de casa, trabalhadores, empresários e comerciantes parecem otimistas quanto ao sucesso deste plano.

Para aqueles que não tendem muito de economia, "O Metropolitano" resolveu publicar matérias sobre este assunto, analisando diversos aspectos interessantes. O balanço deste ano resultou em 35,5% de inflação anual e muita esperança que o plano realmente consiga levantar o país.

A inflação

(Agência Brasil-ABR)

O Real comemora um ano sem congelamentos, sem confusões e com uma queda consistente e duradoura da inflação: em maio, último dado apurado, o índice geral de preços do mercado (IGP-M) teve uma surpreendente baixa, caindo dos 2,10%, em abril para 0,58%. Medida pela Fundação Instituto de Pesquisa de São Paulo (FIPSE) a inflação de 15 de maio a 15 de junho ficou em 2%. Há um ano, no final de maio de 1994, a inflação batia em 42,58%, pelo IGP-M.



O início do Plano Real, com a introdução da Unidade Real de Valor (URV), criada em março passado, livrou os cidadãos do chamado "imposto inflacionário". Segundo os técnicos do governo, 38 milhões e 350 mil brasileiros, que recebiam até dois salários mínimos por mês, pagariam de US\$ 4,3 bilhões a US\$ 8,5 bilhões, neste ano, de "imposto inflacionário", ou seja, estas seriam as perdas do poder aquisitivo, caso a inflação continuasse na média de 45% no mês.

Segundo os técnicos do governo, esse é o maior ganho a se comemorar no primeiro aniversário do Real. Outro motivo de comemoração é que a troca de moeda e o plano de estabilização foram introduzidos sem sustos, sem surpresas. Essa é também a primeira tentativa de estabilização que completa um ano com taxa de inflação declinante, sem qualquer intervenção mais violenta do governo no mercado.

Nos três meses de duração da URV, apesar das remarcações absurdas de preços nos supermercados, a cesta básica encareceu 154,26%, enquanto a inflação aumentou 162%, portanto, apesar de ter ficado com a média mensal de 40%, os salários tiveram seu poder de compra protegido pela correção diária da URV. Nesta fase do plano, a economia começou a retomar o crescimento de uma forma sustentada.

Uma recente pesquisa do Instituto Vox Populi mostra que, no final de maio, a política de combate à inflação voltou a ser avaliada de maneira positiva pela maioria da população. A retomada de confiança na política econômica é revelada também nas projeções dos economistas. Luis Roberto Cunha, da PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio, especialista em preços, por exemplo, considera alvissareira a reversão da tendência dos preços industriais.

Na sua avaliação, a política de contenção de crédito e alta dos juros está conseguindo reduzir a inflação. Ele acredita que, se forem mantidos os preços neste caminho, a inflação do segundo semestre poderá ficar abaixo de 2% ao mês, o que, na sua opinião, vai permitir ao governo introduzir medidas de desindexação da economia.

A postura mais otimista de grande parcela da população, é, em parte, resultado da inflação medida pelo IGP-M, em maio, surpreendentemente baixa. Pulou de 2,10%, em abril, para 0,58% no décimo primeiro mês de Real. Há um ano, no final de maio, medida pelo mesmo índice, a inflação batia a casa dos 42,58%. Na época, as dúvidas cercavam a inflação em Real.

A inflação no primeiro semestre deste ano ficará em torno de 10%, segundo previsão do Ministério da Fazenda. E deverá fechar o ano um pouco acima de 20%, o que, nos dois casos, significarão os mais baixos índices dos últimos 25 anos.

A troca da moeda

Se fosse consultado por algum país, em véspera de trocar todo o seu dinheiro por outra moeda, o diretor de Administração do Banco Central, Carlos Eduardo Tavares de Andrade, responsável pela substituição do Cruzeiro Real pelo Real, teria um conselho a dar: "se tiverem mais tempo do que nós tivemos, seria o ideal. Senão, é se virar e trabalhar dia e noite, como fizemos". A substituição do Cruzeiro Real pelo Real, em julho do ano passado, foi uma operação "gigantesca, sem paralelo no mundo", observa.

A implantação da nova moeda foi cercada pela expectativa de uma corrida aos bancos e pela desconfiança da população, que temia uma reedição do Plano Collor. Na operação foram retirados dos bancos, das mãos da população, e do próprio Banco Central o equivalente a US\$ 7 bilhões de cédulas e moedas. "Se muita gente fosse aos bancos e não tivesse o dinheiro, ia ser um

tremor de terra nesse país. Mas o povo viu que o dinheiro estava lá e teve confiança", comenta Tavares. Dessa vez, ao contrário dos outros planos, não se tratava apenas de um carimbo em notas já em circulação. O mais difícil era ter impressas e cunhadas novas notas e moedas em volume equivalente a três vezes (US\$ 27 bilhões) o meio circulante para ser viável a mudança de padrão monetário.

Um ano depois, o comandante da "transfusão" de dinheiro pode fazer um balanço tranquilo, porque acabou tudo bem. Hoje são 792 milhões de cédulas e 3,4 bilhões de moedas de Real em poder do público, equivalentes a R\$ 8,4 bilhões. No estoque do BC estão outros R\$ 21,6 bilhões e os Cruzeiros Reais foram todos incinerados, restando apenas amostras no museu do próprio BC.

As aplicações

Acostumado aos longos anos de instabilidade, o poupador brasileiro aos poucos se recupera da maratona que era correr diariamente atrás de mecanismos de convivência com a inflação alta para proteção do seu dinheiro.



A queda da inflação e do rendimento nominal das aplicações financeiras, impôs mudança no comportamento do investidor, que a partir do Real, foi deixando a ansiosa busca por aplicações de rentabilidade diária e se acomodando em aplicação de prazos mais longos e que no Brasil ainda significa em torno de 30 dias.

Segundo analistas do mercado financeiro, a princípio, o pequeno poupador ficou atônito com a queda do rendimento nominal das aplicações, a partir de julho. Com a brusca redução da inflação, um dos instrumentos mais populares, a Caderneta de Poupança, viu sua variação cair de 47,6%, em média, em junho de 1994 para 5,6% em julho, 2,6% em agosto e em torno dos 3% nos meses seguintes.

"A queda nominal dos rendimentos assustou e pode ter levado muita gente par ao consumo, como o governo comprovou depois", diz o superintendente da Distribuidora de Valores do Banco do Brasil, Evandro Lopes de Oliveira.

Mas se a inflação caiu, o investidor captou logo que as aplicações financeiras não perderam a atratividade, graças à política de juros elevados mantida pelo governo.

Com a valorização do Real frente à moeda americana, mantida pela política cambial do BC desde julho, o dólar paralelamente sumiu do mercado. As operações de curtíssimo prazo, como os fundos DI (Depósito Interbancário), ainda são parte do dia-a-dia das empresas pelos rendimentos próximos aos juros fixados pelo Banco Central no "over".

As empresas também preferem os CDBs - Certificados de Depósitos Bancários, que deram um ganho real de 9,6% de janeiro a abril e quase dobraram o patrimônio de julho a abril deste ano - de R\$ 41,2 bilhões para 72,1 bilhões.

O mercado de capitais

"Foi excepcional o resultado do Real, em seu primeiro ano de vigência, e as perspectivas são de melhorias cada vez maiores no futuro", comemorou o presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Tomás Tosta de Sá.

Para o mercado de capitais brasileiro, os efeitos do plano de estabilização foram muito positivos porque criaram novas expectativas em termos de papel que ele desempenhará no processo de desenvolvimento brasileiro. Na análise de Tosta de Sá, a economia do Brasil entrará em um ciclo prolongado de desenvolvimento acelerado.

Nesse contexto, caberá à CVM um papel de importância, reforçada pela posição obtida recentemente do presidente das Comissões de Valores Mobiliários do Continente Americano, em substituição aos Estados Unidos, isso demonstra, segundo disse o presidente da CVM, o papel a ser também desempenhado pela comissão no processo de integração das Américas.

O controle da moeda pelo Banco Central (BC) sofre uma mudança radical, a partir do plano de estabilização. Até então, a política cambial de taxas reais diárias, o déficit público e a chamada "arbitragem" ou pressão das instituições financeiras sobre a atuação do BC, tornavam custosa a política monetária, para o Plano Real, o BC se preparou para uma política monetária mais ativa e de melhor eficácia, baseada em um mecanismo poderoso: as taxas de juros elevadas.

A política cambial de manutenção de taxas reais para o câmbio levava o BC a corrigir diariamente os preços do dólar. Todo excesso de divisas era retirado e, em contrapartida, o BC injetava a emitida moeda.

Foi assim que as reservas internacionais cresceram a níveis recordes no ano passado (US\$ 40,8 bilhões em setembro, maior volume histórico). A partir de julho de 1994, porém, o plano de estabilização trouxe alterações significativas nas políticas monetária e cambial. O dólar passou a flutuar numa faixa "informal" de preços fixada pelo próprio mercado e o BC parou de adquirir o excesso de divisas.

As medidas atingiram o objetivo do governo em frear o excesso de atividade econômica. A partir de maio, aos poucos o BC vem adotando medidas de alívio gradativo, reduzindo em pequenas doses as alíquotas dos compulsórios dos bancos e também relaxando algumas restrições ao crédito para amenizar

as taxas de juro para os tomadores de empréstimos. Já em maio os juros reais foram de 3,42% para uma taxa nominal de 4,25%, mas o novo presidente do BC Gustavo Loyola tem dito que os sinais de desaquecimento da economia ainda não garantem um afrouxamento da política monetária e, por consequência, as taxas de juros elevadas ainda são um instrumento importante para o controle da inflação.

Os investimentos

O sistema BNDES, composto pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social de suas subsidiárias (Finame e BNDESPAR), aprovou, nos seis primeiros meses após a implantação do Real, US\$ 3,6 bilhões para financiar novos investimentos. Foi um crescimento real de 56,52%, em relação ao primeiro semestre de 1994, quando foram aprovados US\$ 2,3 bilhões. Os números mostram o efeito do Real sobre o setor produtivo que, com a estabilidade da moeda, voltou a investir na produção.

Em 1995, os números disponíveis no BNDES até abril indicam que as aprovações de financiamentos do banco e sua subsidiária Finame totalizaram US\$ 3,07 bilhões, registrando um crescimento de 134%, em relação a igual período do ano passado. Os desembolsos somaram o equivalente a US\$ 2,01 bilhões evidenciando um crescimento de 102% na comparação com o acumulado de janeiro a abril de 94. O maior volume de desembolsos coube à indústria, com US\$ 1,04 bilhão. No primeiro quadrimestre do ano, o BNDES recebeu pedidos de financiamentos no valor de US\$ 4,2 bilhões, superando em 88% o volume de igual período do ano passado.

As privatizações

Em julho de 1994, o Programa Nacional de Desestatização já realizou nove leilões, oferecendo ações ordinárias e preferenciais de empresas estatais, que foram transferidas ao setor privado. Duas ofertas de ações foram feitas aos empregados, três distribuições secundárias foram ofertadas ao público e realizou-se uma oferta de ações no exterior, arrecadando US\$ 1,024 bilhão.

As participações minoritárias de empresas controladas pela União, de acordo com o decreto 1.068/94, renderam, ao Tesouro Nacional US\$ 395,47 milhões, em oito leilões efetuados nos meses de novembro e dezembro do ano passado.

No período de julho a agosto, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), gestor do fundo de desestatização, espera vender as participações da Petroquímica em oito empresas, de modo a concluir a privatização do setor petroquímico. A principal operação será a venda da Copene, Central de Matérias-Primas do Polo de Camacari (BA). Os leilões renderão R\$ 800 milhões.

Por decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso, foram incluídas, este ano, no programa de desestatização, a Eletrobrás e as Centrais Elétricas de Furnas, Eletronorte, Eletrosul e Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), além da Companhia Vale do Rio Doce, cujo leilão deverá ocorrer em 1996. Os técnicos do BNDES agilizam também os processos de privatização da Light, Rede Ferroviária Federal e do Banco Meridional, que poderão integrar o cronograma de venda para 1995.

Até o final do ano a balança comercial deverá apresentar saldo positivo. A expectativa é do secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, Maurício Cortes, sem adiantar números. Para reverter a situação, favorável desde novembro passado às importações, ele aposta nos ajustes já feitos - como a recente revisão das bandas cambiais, que valorizou o dólar - e na Reforma Constitucional.

Cortes acredita que as reformas fiscal e tributária vão dar mais condições de gerenciar a economia do país. Ele observa que, em maio, o resultado não foi melhor em função da greve dos petroleiros, que obrigou o governo a aumentar a importação de petróleo. O déficit no mês foi de US\$ 690 milhões.

O secretário enfatiza, ainda, que o prazo de vigência das medidas para conter as importações independe do resultado da balança comercial. No caso das alíquotas, há um cronograma de redução gradativa, que ao final retorna as alíquotas em vigor no início deste ano. Cortes não acredita em nova explosão de consumo com a queda das alíquotas de importação e a flexibilização do crédito ao consumidor. "As circunstâncias serão distintas, sem nenhuma semelhança com o que ocorreu no segundo semestre de 1994", observa.

As exportações

A abertura da concorrência foi o aspecto mais favorável do Plano Real sobre o comércio exterior. A abertura propiciou o reaquecimento econômico, com a possibilidade de importação de máquinas, equipamentos e componentes mais modernos, avalia o presidente da Associação Brasileira de Comércio Exterior (AEB), Marcos Vinícius Prati de Moraes.

UM ANO DE PLANO REAL UM ANO DE PLANO REAL UM ANO DE PLANO

Agricultura/CNA

O presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Antonio Ernesto Werna de Salvo, aponta a valorização da moeda como um dos pontos mais positivos do Real em relação ao setor, acostumado a venda à prazo.

Com a inflação alta, reconhece Salvo, a perda para o agricultor era muito grande. Mas o presidente da CNA lamenta que essa estabilização tenha sido conseguida às custas do setor primário. Enquanto salários e insumos tiveram acréscimos de 43% no período, o preço médio dos produtos agrícolas, segundo ele, caiu 20%.

Ele também reclama a garantia de preços mínimos. Diz que o resultado é uma gigantesca descapitalização dos produtores, com uma perda de US\$ 9 bilhões. "A verdade agrícola vai aparecer. O Brasil vai amargar em 96 a pior safra de verão dos últimos anos", se queixa de Salvo, enquanto o governo anuncia já para 95 um recorde histórico, com uma safra de 80 milhões de toneladas de grãos.

A Construção Civil

O balanço do Plano Real para o setor imobiliário, em seu primeiro ano de vigência, foi positivo. Segundo presidente do Sindicato da Construção Civil do Rio de Janeiro, Carlos Firme, a estabilidade da moeda em um cenário de inflação baixa, aumentou a liquidez e estimulou os investimentos no setor.

Mas, ao manter a prestação paga pelos mutuários ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) fixa por um ano, o Real provocou um descaimento entre a prestação e os custos bancados pelos incorporadores, que tiveram que tomar os recursos no sistema financeiro, corrigidos pela Taxa Referencial (TR) mais juros, no mesmo período, lembrou Firme.

A Indústria

Um ano extremamente produtivo e proveitoso. É assim que o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Carlos Eduardo Moreira Ferreira, avalia o primeiro ano de vigência do Real. Para Moreira Ferreira, este período serviu para mostrar que o governo, empresários e trabalhadores não acatam mais conviver com a recessão. Na sua avaliação, "o combate firme e forte à inflação passou a ser meta da sociedade brasileira, que também busca o desenvolvimento com um melhor nível de distribuição de renda".

Os Supermercados

O setor de supermercados carioca faz um balanço positivo do primeiro ano pós Real. "As falhas existentes estão sendo corrigidas pelo governo, haja vista as medidas tomadas depois da crise do México", afirmou, no Rio de Janeiro, o presidente do Grupo Sendas, Arthur Sendas.

As taxas de juros também deverão baixar, progressivamente. Pelo menos, é essa a expectativa do setor, segundo Arthur Sendas. Para o consumidor, o saldo do Real também é muito positivo, na medida em que a cesta básica está mais barata do que no ano passado, avaliou o empresário, lembrando que a queda de preços se deu com o mercado abastecido, sem tabelamento ou congelamento. "Essa é uma prova evidente do que faz a lei de

oferta e procura e o Plano Real está confirmando tudo isso", concluiu Sendas.

Economistas

"A moedinha que ninguém pegava quando caía, finalmente tem poder de compra. Hoje, com 27 centavos de Real você pode tomar um cafezinho", anunciava a imprensa, em meados de maio do ano passado.

A novidade era tratada com simpatia, mas alguns economistas não apostavam no Real. Enquanto o governo projetava a inflação do primeiro mês do plano em cerca de 2%, economistas garantiam que apenas o arredondamento dos centavos do Cruzeiro Real, na virada do plano, provocaria uma taxa inflacionária de, pelo menos, 3% em julho.

A preocupação maior dos críticos do Real era com relação aos reajustes defensivos. No mesmo período, partidos de oposição acusavam o governo de usar artifícios para baixar a inflação e de divulgar o Plano Real com fins questionáveis. Passado um ano, o Real continua moeda forte, apesar das críticas iniciais dos economistas.

A URV e a Cesta Básica



A criação da Unidade Real de Valor (URV), em março de 94, assustou os consumidores, porque na conversa houve saltos de até 80% nos preços de alguns produtos. Mas, entrando agora no último mês de indexação, notou-se que o aumento das despesas com as compras nos supermercados não chegou a ultrapassar a

inflação.

Nos três meses de vigência da URV, a cesta básica encareceu 154,26%, enquanto a inflação subiu 162%, no período, apesar da inflação ter ficado com a média mensal em torno de 40%, os salários foram protegidos pela correção diária da URV. Nesta fase do plano de estabilização, e economia dava sinais de recuperação e os jornais destacavam "economia desafia a inflação e cresce" ou "economia se recupera apesar da inflação".

A Cesta Básica no Real

A cesta básica nunca esteve tão barata como depois do Real. Um levantamento realizado no final de maio pelo Departamento de Pesquisa de Mercado da Sunab, em 200 supermercados do Rio de Janeiro e 1.098 no Brasil, no período de junho de 94 a abril de 95, indica que a cesta básica subiu menos que a inflação. Neste período, o custo da cesta com 40 produtos subiu, no Rio, por exemplo, de R\$ 105,48 para R\$ 121,36 ou seja, 14,4 pontos abaixo do IPC-R, do IBGE, que serve de base para os reajustes salariais.

A variação foi menor que a inflação, mas ainda não há razão para muita euforia. A despesa para manter a cesta no mês já ultrapassa em 21% o valor do novo mínimo, de R\$ 100,00, que foi pago no início de junho. No entanto, menos pelo valor atual, mas muito mais pelo seu custo há um ano e meio atrás, o preço

da cesta básica de alimentos é uma conquista importante do Real.

Plano Real/Outros Planos

O Plano Real inovou em relação aos planos que o antecederam, a começar pelo primeiro de todos eles, o Plano Cruzado. O Real não confiscou a poupança, não deu calote nos detentores de títulos da dívida interna ou externa, não congelou preços. Não alterou as regras dos contratos, não pré fixou a inflação, não instituiu qualquer redutor para a inflação.

Um ano depois de anunciado, a inflação está em torno de 2%, a menor taxa dos últimos 25 anos. Considerando-se os últimos doze meses, a taxa acumulada está em torno de 35%, a menor dos últimos quarenta anos. Este foi, portanto, o maior êxito do Plano Real, que começou com a maior troca física de moedas da história do país: mostrar que é possível debelar a inflação respeitando-se as regras do mercado.

O Plano Real, faz seu primeiro aniversário demonstrando também o que o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, gosta de enfatizar: não há soluções milagrosas. O trabalho de estabilizar a economia é perseverança. Acrescente-se à receita uma dose generosa de coragem para promover os ajustes necessários, naquele momento exato.

O Mercado Aberto

O presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA), José Carlos de Oliveira, no aniversário do primeiro ano do Real, disse que a nova moeda foi, sem dúvida, um benefício para a economia, embora as medidas restritivas ao consumo, adotadas recentemente, tenham limitado a atuação do sistema financeiro.



O reflexo para a economia como um todo, porém, é extremamente favorável, disse citando como dado mais expressivo o fato de o Plano Real chegar a seu décimo-primeiro mês com uma inflação acumulada de cerca de 33%, se medida pelo Índice de Preço ao Consumidor Real (IPC-R), e cerca de 24%, medida pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M). Tudo isso foi conquistado sem congelamento, com preços livres e um consumo tão grande que obrigou a adoção de compulsórios pelo governo, disse Oliveira.

O presidente da Andima acredita que o Real possibilitou, ao governo, fazer política monetária no país. Apesar disso, ele alerta que o sucessor do Plano Real depende da implantação de reformas estruturais, que venham a modificar de vez a economia e puxar para baixo a inflação de 30% ao ano, esta taxa, segundo ele, é boa, quando comparada com 50% ao mês, do passado recente, mas ainda muito elevada para os padrões de mundo desenvolvido.

"As reformas estruturais podem conduzir a inflação para menos de um dígito ao ano e talvez até a níveis de estabilização mais próxima de zero, que seria o desejado", ponderou, José Carlos Oliveira, defendendo a necessidade de competição dentro do próprio sistema financeiro, a exemplo do que ocorre no comércio, com a redução das taxas de juros.

Por essa razão, José Carlos de Oliveira afirmou ser preciso a implantação de uma política fiscal, que ajuste definitivamente as contas nacionais, e as taxas de juros possam retroceder para patamares condizentes com a economia estabilizada.

Table with financial data, including sections for 'INFORMATIVO DO E.M.M.C.L.', 'RESUMO DO RESULTADO DO PERÍODO', and 'CONTAS A RECEBER'. It lists various financial metrics and totals for the period.

Legal notice from the 'JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE CAMPO LARGO - PARANÁ' regarding a public auction of land. It includes details about the property, the auction date, and the responsible parties.

